

Relator pede maior controle sobre os recursos da Justiça do Trabalho

Após ouvir o diretor-geral do TST, três servidores do TRT-SP e o presidente da seção paulista da OAB, o senador José Jorge diz que é preciso, com urgência, mudar os mecanismos de gestão orçamentária dos tribunais trabalhistas



Casos de desvio de recursos semelhantes ao do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP) poderão surgir se não houver alteração nos mecanismos de gestão orçamentária da Justiça do Trabalho, concluiu ontem o relator, senador José Jorge, após mais uma sessão de depoimentos da Subcomissão do Judiciário. Membros da subcomissão se reuniram com o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, a quem pediram pressa na liberação dos dados bancários solicitados.

PÁGINAS 3 E 4

**SENADORES OUVEM
HOJE O DEPOIMENTO
DE QUATRO JUÍZES**

PÁGINA 3

Integrantes da Subcomissão do Judiciário estiveram ontem à tarde com Armínio Fraga. À noite, os senadores ouviram mais cinco pessoas sobre as irregularidades envolvendo a construção do fórum trabalhista de São Paulo



"Algo precisa ser feito", disse Arruda ao defender uma reação contra a escalada de violência



**Arruda sugere debate
sobre violência urbana**

PÁGINA 5

**Jefferson
teme fraude
em urna
eletrônica**

O senador Jefferson Péres pediu ao Senado e ao Tribunal Superior Eleitoral que façam estudos para evitar o uso fraudulento do voto eletrônico.



Jefferson: denúncias mostram que a fraude é possível

PÁGINA 8

**CASILDO MALDANER:
FGTS PODE AJUDAR
A PAGAR ESCOLA**

PÁGINA 8

**LÚCIO ALCÂNTARA:
PARLAMENTO DEVE
RECUPERAR PRESTÍGIO**

PÁGINA 5

Osmar Dias propõe mudança nas concessões públicas

As alterações estão previstas em dois projetos do senador, que pretende garantir maior transparência nos serviços prestados pela iniciativa privada

Apesar de reconhecer méritos na Lei nº 8.987, que regulamentou em 1995 o regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) entende que após cinco anos é importante aprimorar o dispositivo a fim de garantir à sociedade maior transparência na área e a elaboração prévia de relatório de impacto econômico-social dos empreendimentos.

Com esse objetivo o parlamentar preparou dois projetos de lei, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado deverá apreciar ainda este ano. A preocupação do parlamentar é “conhecer quais serão os direitos da sociedade para que ela possa cobrar depois os serviços prestados pela empresa que recebeu a concessão”.

Em um dos projetos, o senador propõe a inclusão na Lei nº 8.987 de artigo determinando que todos os contratos de concessão firmados entre o poder público e entes privados sejam publicados integralmente na imprensa oficial, além de serem “disponibilizados, a qualquer



Osmar defende que a sociedade saiba todas as consequências das concessões

momento, para cidadão interessado”. No caso das atividades de exploração de rodovias, o parlamentar entende que a concessionária deve ficar obrigada ainda a “disponibilizar trimestralmente para a sociedade planilha analítica que evidencie seus custos bem como suas receitas”.

No outro projeto, Osmar Dias acrescenta artigo à Lei de Concessões. Conforme propôs, “todas as concessões de serviços públicos deverão ser precedidas, obrigatoriamente, de relatório de impacto econômico-

social”. Esses relatórios, especifica o senador, analisarão aspectos como o número de empregos a serem criados com a concessão, o custo financeiro a ser repassado para os agentes privados e o impacto sobre o custo dos setores produtivos e sobre as finanças públicas do ente responsável pela concessão, além de outras exigências previstas no edital.

— A idéia é permitir que a ocorrência de concessões de serviços públicos somente seja consolidada após a sociedade ter pleno conhecimento dos efeitos que a referida ação causará na economia e na vida social dos cidadãos — destaca o senador.

O parlamentar defende que o princípio da concessão pública não seja maculado por experiências específicas em que o poder público não coloca como primeira prioridade o interesse coletivo. Osmar conclui que o exemplo da concessão de rodovias feitas por vários estados do país é emblemático para se evidenciar a necessidade de uma maior transparência nos contratos de concessão.

Lobão defende seguro-garantia para transações comerciais

Para dar mais segurança às transações comerciais contratadas pelas empresas, o senador Edison Lobão (PFL-MA) apresentou projeto de lei que institui o seguro-garantia. Um dos pontos mais importantes da proposta seria, na avaliação do parlamentar, a obrigatoriedade de o instrumento ser utilizado nas atividades de construção e incorporação de imóveis, evitando que os compradores fiquem sujeitos ao que Lobão chamou de “acidentes de percurso” empresariais.

— Esse seguro será uma garantia absoluta de que o imóvel vai ser entregue no prazo contratual. Na hipótese de acidente de percurso, como esse da Encol, para citar um exemplo, o próprio seguro assumirá a obra, concluindo-a no prazo e a entregando àqueles que compraram seus imóveis — explicou.

O projeto, que obteve parecer favorável do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Antes de ser apreciada pelo Plenário, a proposta deverá ser examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o senador



Segundo Lobão, a proposta beneficiará especialmente o comprador de imóvel

Bernardo Cabral (PFL-AM) elabora parecer sobre a matéria.

De acordo com o projeto, o seguro-garantia poderá assegurar o cumprimento de todas as obrigações decorrentes de leis e contratos, podendo servir de caução, substituir bens para penhora ou mesmo ser oferecido como garantia de dívida ativa da Fazenda Pública. O seguro-garantia, conforme Edison Lobão, também poderá ser usado para preservar os direitos da União, estados ou municípios nas licitações e contratações de obras, compras e prestação de serviços.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

COMISSÃO

10h — Subcomissão Permanente do Judiciário
Pauta: depoimento dos juizes presidentes da Comissão de Licitação do Tribunal Regional do Trabalho (SP), Jamil Zantut, Antônio José T. de Carvalho e Luís Carlos Gomes Godoi e dos juizes membros Décio Sebastião Daidone e Edilson Rodrigues. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

ESPECIAL

12h — Cultura ao Meio-Dia
Filme: O hotel de um milhão de dólares, de Wim Wenders. Auditório Petrônio Portella

PREVISÃO

Brasil 500



PLENÁRIO

Quinta-feira
10h — Sessão não deliberativa

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

Moreira quer punição a candidato que tiver conta rejeitada

Candidatos com contas de campanha rejeitadas pela Justiça Eleitoral ficarão proibidos de tomar posse e devem tornar-se inelegíveis por três anos. É o que prevê projeto apresentado pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO) que propõe punição mais rigorosa para os casos de irregularidades eleitorais. Segundo o senador, não há notícias sobre candidatos que tenham sido punidos ainda que tivessem sido constatadas improprie-

dades nas contas de campanha.

Na avaliação de Moreira Mendes, não é justo envolver todo o aparato da Justiça Eleitoral e gastar recursos públicos no exame das contas de campanha para, no final do processo, o cidadão com contas questionadas não ter punição.

— O cidadão que tem as suas contas rejeitadas não tem punição nenhuma. Então, o que adianta prestá-las? — questiona o senador.



Não há notícia de casos irregulares punidos, disse Moreira Mendes

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Para diretor de TST, troca de dotações é natural

Ao explicar o uso de recursos de outros tribunais regionais na obra do fórum trabalhista de São Paulo, diretor do Tribunal Superior do Trabalho, José Geraldo Lopes, diz que operações do tipo são comuns e estão dentro da faixa de autonomia dos TRTs

O diretor-geral do Tribunal Superior do Trabalho, José Geraldo Lopes, disse ontem à Subcomissão do Judiciário que os tribunais regionais têm autonomia financeira e que as transferências de recursos orçamentários feitas pelo TST não estipulam a finalidade final do dinheiro. Ele considerou ainda comum a troca de dotações entre os tribunais, o que garantiu recursos de outros estados para a construção da obra superfaturada do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. “O TST é um mero repassador de recursos e não tem ingerência na execução orçamentária de tribunais regionais”, afirmou.



A Subcomissão do Judiciário, presidida por Renan Calheiros, ouviu durante mais de 5 horas servidores do TRT-SP e do TST, além do presidente da OAB-SP

O diretor-geral do TST admitiu que manteve vários contatos telefônicos com o ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, apontado como principal responsável pelo desvio

de R\$ 169 milhões das obras do fórum. “Mas o rastreamento de minhas ligações comprovará que não havia exclusividade nesses contatos e que também conver-

sava com diretores de outros tribunais sobre assuntos como orçamento e créditos suplementares”, ressaltou.

O presidente da seção paulista da OAB, Rubens Aprobato Machado, relatou a sua participação em uma comissão nomeada pelo presidente do TRT, juiz Floriano Vaz da Silva, para investigar irregularidades na construção do fórum trabalhista. “A OAB contribuiu para a rápida decretação da rescisão do contrato mantido com a Incal”, observou.

O presidente do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo, Sérgio Prado de Melo, informou que participou, na condição de juiz

classista, da comissão de construção do fórum trabalhista, presidida pelo juiz Nicolau. Ele garantiu que jamais foi convidado para qualquer atividade da comissão.

O diretor-geral do TRT-SP entre 1991 e 1993, Itagiba de Souza Toledo, limitou-se a dizer que havia se aposentado ao final de 1993 e que desde então estava afastado do tribunal. A ex-diretora-geral de 1993 a 1994 e de 1996 a 1998, Nancy Rosa Caruso, disse apenas que se colocava à disposição dos senadores. Ivan Fredi, diretor-geral entre 1994 e 1996, também preferiu não utilizar o tempo disponível para se apresentar aos parlamentares.

Simon quer saber destino do dinheiro da obra inacabada

“Onde está o dinheiro? Até agora, parece que o dinheiro não passou na frente de ninguém”, disse o senador Pedro Simon (PMDB-RS) ao questionar ontem os depoentes. Ele observou que alguns convidados, embora afirmem “não saber de nada”, fazem parte da “cúpula do Judiciário trabalhista”.

— Os presidentes passam, mas os diretores-gerais ficam. Não sei o que

é pior, se participar da comissão de obras ou dizer que estava na comissão mas que nunca fez nada — disse.

Respondendo a Simon, o advogado Rubens Aprobato Machado, da OAB-SP, afirmou que o prédio do fórum trabalhista de São Paulo exigirá enormes mudanças estruturais para poder ser utilizado. “Antes de continuar a construção, é preciso ver se o prédio oferece segurança.”

Jefferson indaga sobre ida do diretor-geral do TST a São Paulo

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), vice-presidente da Subcomissão do Judiciário, lembrando que os tribunais regionais do Trabalho têm autonomia administrativa e financeira, questionou o motivo da visita do diretor-geral do TST, José Geraldo Lopes, às obras da sede do fórum trabalhista. Na oportunidade, o diretor disse ter conhecido o proprietário da Incal, Fábio Monteiro de Barros.

Lopes afirmou que foi a São Paulo em 1993, a pedido do presidente do TRT-SP,

uma vez que a liberação das verbas do tribunal estava atrasada.

Ao membro da comissão de obras do TRT, Sérgio Prado de Melo, o senador perguntou se nunca se incomodou por fazer parte de uma comissão que administrava uma obra de muitos milhões mas que não se reunia. Sérgio de Melo disse que se sentiu incomodado, mas que o juiz Nicolau tomava todas as decisões sem comunicar aos outros membros e que nunca convocava reuniões.

Subcomissão ouve hoje quatro juizes sobre licitação do TRT-SP

A Subcomissão do Judiciário ouve hoje os depoimentos de quatro juizes que estão ou foram diretamente ligados aos processos de licitação do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP). Essa será a quarta audiência pública promovida pela subcomissão, que investiga o desvio de R\$ 169 milhões das obras do fórum trabalhista de São Paulo.

Foram convidados para a audiência o presidente da comissão de licitação do TRT entre 1998 e 1999, juiz Luís Carlos Gomes Godoi, e o atual presidente da

comissão, juiz Antonio José de Carvalho. Também serão ouvidos o juiz Décio Sebastião Daidone, integrante da comissão de licitação de 1993 a 1998, e o juiz Edilson Rodrigues, atual participante da comissão.

Já estão previstos novos depoimentos até o dia 20 de setembro. No período que antecede as eleições municipais de outubro, a subcomissão deverá estar reunida para ouvir os convidados às terças, no final da tarde, e às quartas pela manhã.

Heloísa Helena cobra rastreamento de operações

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) destacou a inoperância do Banco Central, que não atendeu ao pedido da CPI do Judiciário, e não realizou o rastreamento das operações bancárias dos envolvidos no caso do TRT-SP. Se o BC cumprisse sua obrigação, de acordo com a senadora, não seria necessário que a subcomissão ouvisse, por seis horas, depoimentos “tão contraditórios”.

Ela indagou ao diretor-geral do TST como ele poderia afirmar que faltam

recursos para os tribunais regionais se, ao mesmo tempo, diz que havia sobras orçamentárias que eram repassadas por esses tribunais. Lopes respondeu que para alguns programas sobra dinheiro e para outros falta. Por isso muitas vezes os tribunais remanejaram entre si os recursos, fazendo diversas transferências, sem que isso seja coordenado pelo TST. Heloísa Helena classificou essa prática de ilegal.

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) perguntou aos ex-direto-

res do TRT-SP se eles foram ordenadores de despesas do tribunal, assinando a liberação de verbas para a construção do fórum.

Ivan Fredi, diretor-geral do TRT-SP entre 1994 e 1996, Itagiba de Souza Toledo, diretor-geral entre 1991 e 1993, e a ex-diretora-geral de 1993 a 1994 e de 1996 a 1998, Nancy Rosa Caruso, reconheceram que, ao menos por alguns meses, chegaram a assinar a liberação de recursos para a construtora Incal, responsável pela obra.

Bello Parga estranha disparidades

O senador Bello Parga (PFL-MA) questionou se, com tantas disparidades entre o orçamento, o contrato e a realidade da obra da sede do TRT-SP, não havia laudos de fiscalização. O representante da OAB de São Paulo, Rubens Aprobato Machado, disse que havia dois engenheiros responsáveis pela fiscalização, que faziam medições do andamento da obra. “Não posso afirmar se as medições eram verdadeiras, mas existiam”, afirmou Aprobato.

Respondendo a questionamento do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre a maneira como o dinheiro era repassado para a obra — primeiramente parcelado em dez vezes, depois a cada 180 dias e, mais tarde, por laudo de engenheiro —, a diretora-geral do TRT-SP, Nancy Rosa Caruso, afirmou que possivelmente houve repactuações na maneira de realizar os pagamentos à Incal. “Há diferenças administrativas entre cada tribunal”, disse. Lúcio Alcântara perguntou ainda sobre os resultados de uma comissão de sindicância que teria sido criada pelo TRT-SP. Rubens Aprobato Machado afirmou não ter informações sobre a comissão.

Candidato a juiz era questionado sobre Plano Real, diz Sérgio Melo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou o juiz classista Sérgio Prado de Melo sobre a correlação entre as nomeações de juizes e o apoio ao Plano Real. Melo disse que o juiz foragido Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do TRT-SP, indagou a 30 candidatos ao cargo sobre o Plano Real.

Suplicy perguntou ao advogado Rubens Aprobato sobre a conveniência, para os trabalhadores, de se construir uma sede para a Justiça do Trabalho

de São Paulo. Aprobato citou o relatório da comissão nomeada pelo presidente do TRT-SP para apurar as irregularidades, segundo o qual os que dependem da Justiça trabalhista têm sofrido de forma “kafkiana”, em prédios sem espaço físico e condenados pela Defesa Civil. “Há filas gigantescas que saem pela rua, com mais de 600 pessoas. Muitos têm perdido as causas por não poderem comparecer às audiências”, afirmou Aprobato.

Artur da Távola propõe quebra de sigilo bancário

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) perguntou a cada um dos ex-diretores do TRT-SP e ao atual diretor-geral do TST, José Geraldo Lopes, se autorizariam a quebra do sigilo bancário. Eles responderam que sim. O senador indagou ainda se todos acreditavam que o juiz Nicolau dos Santos Neto seria o único beneficiário do desvio dos recursos. Com exceção de Lopes, nenhum disse acreditar na hipótese.

Távola, responsável pelo convite ao presidente da OAB-SP, Rubens Aprobato, sa-

liou o fato de que o advogado fez parte da comissão nomeada pelo atual presidente do TRT-SP, Floriano Vaz da Silva, para investigar irregularidades na construção do fórum. Távola perguntou ao advogado se ele tinha conhecimento dos motivos que levaram outros tribunais a enviarem dinheiro para o TRT-SP. Aprobato disse desconhecer as causas da ajuda. Ele acrescentou que, como membro da comissão, apenas apurou o montante das verbas despendidas na construção do prédio, mas não a sua origem.

Relator pede maior controle nos recursos de tribunais

Para o senador José Jorge, se medidas não forem tomadas, casos como o do fórum trabalhista de São Paulo voltarão a se repetir

O relator da Subcomissão do Judiciário, senador José Jorge (PFL-PE), afirmou ontem que a estrutura do processo orçamentário desenvolvido no âmbito dos tribunais da Justiça do Trabalho caracteriza-se por tal descontrole que, se não forem realizadas as necessárias mudanças, logo será repetido o caso do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, que está sendo investigado pelo Senado. O parlamentar chegou a essa conclusão após os depoimentos realizados ontem pela subcomissão.

Aos depoentes o relator questionou qual era, afinal, o papel que cumpriam na liberação de recursos e no acompanhamento da construção do fórum trabalhista, uma vez que todos negaram qualquer participação direta nas decisões referentes ao dinheiro. Na opinião do senador, as irregularidades que foram verificadas em todas as fases da obra, desde a própria licitação, não poderiam ser cometidas exclusivamente pelo juiz foragido



José Jorge quis saber qual era a participação dos diretores-gerais do TRT na liberação de recursos

Nicolau dos Santos Neto.

— Infelizmente não podemos aceitar que os diretores-gerais não tenham feito um acompanhamento exaustivo do fluxo financeiro de obra de tal dimensão — disse.

Segundo José Geraldo Lopes, diretor-geral do Tribunal Superior do Trabalho, os TRTs têm autonomia e o TST sequer recebe prestações de contas relativas a recursos por ele repassados aos tribunais regionais. “O TST provisiona, mas não tem condições de acompanhar”, afirmou.

Apesar disso, o servidor considerou-se “no epicentro do vulcão”, dado o acúmulo de telefonemas a ele dirigidos sobre liberações de recursos aos órgãos regionais, o que foi considerado pelo relator como uma incoerência.

Itagiba Souza de Toledo, ex-diretor-geral do TRT/SP e integrante da Comissão de Licitação que destinou a obra à Incal, afirmou não ter sido ordenador de despesa. Segundo disse, “quem tomava conta de lá era o doutor Nicolau”. Nancy Rosa Caruso, diretora-geral do TRT de São Paulo, informou aos senadores que o tribunal contratou, por meio de licitação, engenheiro para acompanhar a evolução da obra. “Os pagamentos eram feitos de acordo com os laudos do engenheiro”, observou. Já Ivan Fredi, diretor-geral do TRT de São Paulo de 1994 a 1996, que falou de sua “alegria” por não ter tido qualquer relação com a construção do fórum, admitiu que “existia uma condução personalíssima da obra”.

Depoimento de representante do Banco Central deve ser apressado

Ao sair da reunião realizada na tarde de ontem com o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, o presidente da Subcomissão Permanente do Judiciário, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), informou que vai conversar com os demais membros do colegiado para que seja apressado o depoimento do representante do BC. Sobre um possível atraso na remessa de informações referentes a quebra de sigilo bancário, o parlamentar disse que o Banco Central demonstrou que está disponibilizando no prazo os dados requeridos.

O relator da subcomissão, senador José Jorge (PFL-PE), informou que os representantes do BC explicaram que haviam atendido em parte todas as informações requisitadas pela CPI do Judiciário e Ministério Público. “Eles afirmaram que estão fazendo o maior esforço no sentido de atender aos pleitos o mais rápido possível”, comentou o parlamentar.

Já o vice-presidente da subcomissão, senador Jefferson Péres (PDT-



Senadores Renan Calheiros, José Jorge, Jefferson Péres e José Roberto Arruda participaram da reunião com Armínio Fraga, presidente do Banco Central

AM), destacou que houve um atraso inicial na remessa das informações, mas que depois o problema foi corrigido. Acrescentou ainda que, diferentemente do que ele acreditava, o BC demonstrou que não está se recusando a fornecer a relação nominal dos primeiros recebedores dos pagamentos feitos pela construtora Incal, responsável pela obra do fórum trabalhista de São Paulo.

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que também participou da reunião, disse que todas as informações solicitadas pelo Ministério Público, e que receberam autorização judicial, foram encaminhadas.

Os dados que não foram disponibilizados ainda, segundo o senador, estão sendo coletados e serão entregues dentro dos prazos estipulados judicialmente.

Além dos senadores Renan Calheiros, Jefferson Péres, José Jorge e José Roberto Arruda, participaram da reunião, representando o BC, o presidente Armínio Fraga, a diretora de Fiscalização, Tereza Grossi, o chefe do Departamento de Supervisão Direta, Paulo Cavalheiro, o chefe do Departamento de Cadastro, Sérgio Lima, o procurador-geral, José Coelho Ferreira, e o assessor parlamentar Luís Couto.

Heloísa Helena defende quebra de sigilo para que investigação tenha sucesso

Discordando dos que acusam a oposição de pouca eficácia no interrogatório dos depoentes na Subcomissão do Judiciário que investiga o desvio de recursos do fórum trabalhista de São Paulo, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que, sem os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, é impossível provar se os interrogados estão mentindo ou falando a verdade.

A parlamentar entende que o Senado só chegará a termo nessa investigação se quebrar o sigilo bancário do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge e de seus familiares. “Imagino que uma

personalidade que passa 18 anos como pessoa de grande confiança de um presidente da República não seria tão ingênua a ponto de deixar rastros nas suas contas pessoais”, disse a senadora para justificar um possível envolvimento de parentes.

Na opinião de Heloísa Helena, alguns dos familiares do ex-secretário “estão envolvidos no processo de intermediação de interesses privados no setor público com dirigentes de algumas empresas que acabaram se beneficiando dessa intermediação de uma forma que desafia a lógica”.

Referindo-se a requerimento por ela enviado à Mesa do Senado para

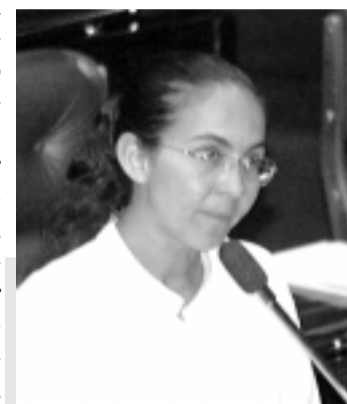
a quebra do sigilo bancário de Eduardo Jorge, Heloísa Helena disse ter certeza de que, a partir daí, a Casa terá acesso a informações essenciais para desvendar os fatos. “Estamos convictos de que, como obriga a Constituição e o Regimento Interno do Senado, nosso requerimento será encaminhado às autoridades

competentes para que possamos ter acesso a essas informações”, frisou.

A senadora não considera produtivo a subcomissão utilizar seu tempo apenas escutando o depoimento de funcionários de tribunais, entre os quais se encontram pessoas que já depuseram na CPI do Judiciário e

que deram depoimentos considerados irrelevantes. “O que conta de fato é o acesso a documentos, para que possamos ter um parecer concreto a respeito de tudo o que vem acontecendo”, defendeu.

Sobre os procuradores da República, que também têm sofrido críticas em suas investigações, a senadora disse que todo o povo brasileiro fica confiante na democracia quando assiste a instituições sérias agirem de forma independente, propondo-se a cumprir suas obrigações constitucionais e a combater a corrupção, zelando pela boa administração dos recursos públicos.



Heloísa entende que acesso a documentos é mais produtivo do que tomada de depoimentos

Senadora quer mais rapidez nos pedidos de informação

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) pediu maior celeridade no encaminhamento dos requerimentos de informação apresentados pelo Bloco Oposição no último dia 9 à Subcomissão Permanente do Judiciário. Ela questionou a Mesa do Senado se são verdadeiras as informações publicadas pela imprensa de que os requerimentos só seriam enviados às autoridades responsáveis em setembro.

Na presidência dos trabalhos, o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) respondeu que os requerimentos foram encaminhados ao presi-

dente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Como Antonio Carlos se encontra viajando, Luiz Otávio disse que faria um contato telefônico para saber qual o andamento dado pelo presidente da Casa aos requerimentos encaminhados pela oposição, para informar posteriormente à líder do bloco.

Heloísa Helena estranhou a demora no encaminhamento dos requerimentos, uma vez que o Senado vem funcionando normalmente, apesar de não haver sessões deliberativas marcadas para agosto.

Arruda conclama Congresso a debater violência

Senador defende a aprovação de projeto que restringe o uso e a comercialização de armas de fogo, cujo porte é apontado como uma das principais causas do preocupante crescimento do número de assassinatos

Alcântara: Legislativo precisa lutar para recuperar prestígio

O Parlamento deve buscar, com urgência, a recuperação de seu prestígio junto à sociedade, sobretudo entre os jovens, disse ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Para o senador, o acesso da população ao que se passa no Congresso Nacional não é suficiente para a recuperação desse prestígio.

— Antes, cumpre aperfeiçoar moralmente o compromisso da ação parlamentar com os anseios da população, propondo mais incisivamente a participação do cidadão na persecução e na vigilância do bem comum — afirmou o senador.

Com base em dados de pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, Lúcio Alcântara disse que a sociedade brasileira parece cada vez menos interessada na prática política, especialmente a juventude. “A alienação política de nossa juventude cresce na proporção inversa de sua crença no regime democrático”, afirmou. A pesquisa, segundo o senador, mostrou que 81% dos entrevistados não confiam nem nos partidos nem nos políticos, e que 56% dos jovens acreditam não ter influência sobre os rumos da política.



Alcântara defendeu educação política na formação dos estudantes

Alcântara disse que os responsáveis pelos jornais, televisões e rádios no país, “com raras exceções”, não demonstram qualquer esforço em compreender o real papel da democratização política na garantia de um sistema de poder estável e socialmente coeso. “Em vez disso, preferem se aproveitar de deslizamentos da prática política para desmoralizar todo um sistema de exercício político baseado na representação parlamentar”, lamentou.

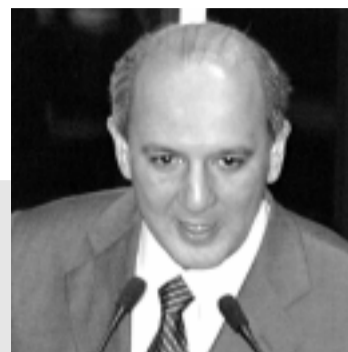
Para reverter o desânimo revelado pela pesquisa, Lúcio Alcântara entende que é preciso tomar providências urgentes, como a educação política na formação dos estudantes.

— Por educação política devemos entender o despertar de uma nova consciência para a responsabilidade da coisa pública. Nesse contexto, um programa de educação política deve encampar não somente a explanação de tópicos históricos, filosóficos e sociológicos, mas também a promoção de iniciativas práticas que animem a inserção do jovem no cotidiano político de sua cidade, de seu estado e de seu país — sugeriu o senador.

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) conclamou o Congresso Nacional a iniciar um debate imediato e sério sobre a violência urbana no país. Preocupado com a recente onda de violência registrada no Distrito Federal, onde manchetes de jornais noticiam diariamente assassinatos, sobretudo de jovens, Arruda quer que a discussão ganhe espaço no Parlamento.

— Algo precisa ser feito. São brasileiros, são pessoas que poderiam ser nossos filhos, nossos pais, que estão sendo mortos todos os dias — enfatizou o senador.

O parlamentar considera o uso e porte de armas pelos cidadãos como uma das principais fontes dos assassinatos, e voltou a defender a aprovação de projeto de sua autoria que restringe o uso e comercialização de armas de fogo e pune com



Arruda anuncia a vinda a Brasília, em setembro, de caravanas de familiares de vítimas da violência

maior rigor o seu contrabando. Ele adiantou que a matéria deverá entrar na pauta de votação do Senado marcada para o próximo dia 12, acrescentando que, na ocasião, deverão vir a Brasília diversas caravanas de familiares de vítimas da violência de todos os estados do Brasil.

Arruda informou que amanhã,

acompanhado do ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, de parlamentares e representantes de organizações não-governamentais, viajará ao Paraguai, onde manterá encontro com o presidente daquele país para discutir o fim do contrabando de armas paraguaias para o Brasil.

Em apertados, os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Clodoaldo Torres (PTB-PE), apesar de defenderem medidas que reduzam a violência no país, manifestaram-se contra o projeto que desarma os cidadãos. Já Edison Lobão (PFL-MA) informou ter votado favoravelmente ao projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mas, agora, disse ter dúvidas sobre o desarmamento puro e simples das pessoas. Luiz Otávio (sem partido-PA) elogiou a iniciativa de Arruda de trazer à tribuna “assunto da maior importância para o país”.

Crescimento desordenado preocupa senadores do Distrito Federal

O assassinato de um rapaz, espancado à saída de uma boate; o estupro seguido de estrangulamento de uma menina de três anos; a morte de um jovem folião no carnaval fora de época são fatos que indicam o aumento da violência na capital federal. Em entrevista à Agência Senado, os senadores de Brasília Lauro Campos (PT) e José Roberto Arruda (PSDB) apontam como uma das principais causas o crescimento artificial da cidade, com a concessão de lotes e a legalização de ocupações sem qualquer regra.

Para Lauro, a violência é parte de um cenário que deve ser mudado radicalmente. O senador entende que a criminalidade faz parte de uma sociedade mafiosa que construímos. Para alguns setores, os mais marginalizados e desespeçados, o problema se agrava com o desemprego, considerado por ele como “o mais desgraçado do mundo”.

Ele critica a adoção de políticas do tipo “tolerância zero”, que propõem acabar com a violência pelo uso da violência. A proposta do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de usar o Exército para cuidar da segurança pública nas áreas de maior delinquência, também, na opinião de Lauro, não resolve a situação. Da mesma forma, ele entende que a solução encon-

trada pelos mais ricos, de se fechar “em verdadeiras fortalezas”, é apenas uma ilusão.

— O problema fica remediado, mas volta assim que a repressão for reduzida. Em vez de exército e polícia, está na hora de oferecermos amor à sociedade. Devemos oferecer pelo menos um salário digno. O antídoto à violência é o amor, a compaixão, o alimento. Uma sociedade reprimida só pode ter como resposta a agressão — avalia.

Outro problema, o inchaço de Brasília, na opinião do senador, pode ser minorado, desde que o governo local assuma posição diferente da atual, com a doação eleitoral de lotes e benefícios populistas.

— Assim, a criminalidade só aumenta. À medida que a violência



“O antídoto à violência é o amor, a compaixão, o alimento”, afirma Lauro Campos

se agrava, nós vamos considerando normal a barbárie. É a normalização da barbárie — afirma Lauro Campos, que já foi assaltado oito vezes, incluindo uma tentativa de seqüestro.

CRESCIMENTO ARTIFICIAL
O senador José Roberto Arruda também considera o crescimento artificial como uma das causas da violência em Brasília. Programas como a doação de lotes e a Bolsa-Escola, avalia Arruda, atraem pessoas para o Distrito Federal, pois, em vez de serem utilizados como políticas compensatórias, de combate à pobreza, são oferecidos como formas de sustentação econômica. Esse inchaço, acredita, leva ao aumento do desemprego e da violência.

Além disso, para Arruda, existe uma questão cultural envolvendo a adolescência de Brasília, que se resente da falta de raízes, de estrutura familiar e de perspectiva profissional. Esses fatores, na visão do senador, são mais graves em Brasília que em outros centros urbanos. Arruda sugere que a sociedade brasileira se organize em um grande movimento como o “Basta, eu quero paz!”, promovido pelo Viva Rio. Ele anunciou que está doando o tempo a que tem direito no horário eleitoral gratuito para entidades que lutam pela paz.

Sociedade deve ser esclarecida sobre os produtos transgênicos

Ao observar que a questão dos transgênicos — produtos geneticamente modificados — está sendo motivo de polêmica no país, o senador Lúcio Alcântara manifestou sua opinião de que a sociedade merece e deve receber por parte das autoridades governamentais e científicas maiores esclarecimentos sobre o tema.

Ele adiantou que essas explicações independem das posições favoráveis ou contrárias à adoção e comercialização dos transgênicos, já que os especialistas de todo o mundo ainda não chegaram a uma conclusão sobre o assunto.

Lúcio Alcântara contou que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em sua 52ª Reunião, em julho, defendeu uma

moratória para a introdução e utilização dos transgênicos no país, sob o argumento de que “é preciso treinar a burocracia responsável pela fiscalização dos procedimentos previstos na Lei de Biossegurança”.

O senador lembrou ainda que a Academia Brasileira de Ciências divulgou documento, acatado por cientistas de outros cinco países, entre eles a Grã-Bretanha, a Índia e o México, em que apóia o cultivo de produtos geneticamente modificados.

Em função das controvérsias, Lúcio Alcântara considera importante que, além dos órgãos oficiais, também as empresas produtoras e distribuidoras dos transgênicos façam campanhas de esclarecimento da população.

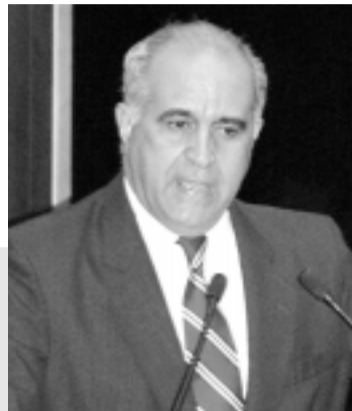
CCJ debaterá definição de crime de responsabilidade de juizes

Por sugestão do relator, Jefferson Péres, juristas e representantes da OAB e dos magistrados serão convidados para discutir o assunto

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai aprofundar o debate em torno do projeto do senador Paulo Souto (PFL-BA) que define os crimes de responsabilidade dos magistrados. O projeto também altera o Código Penal, com o objetivo de aplicar sanções aos agentes públicos que enriquecerem ilícitamente no exercício de mandato, cargo, emprego ou função, na administração direta, indireta ou fundacional.

O projeto vai retornar à CCJ para análise das emendas de Plenário apresentadas pelos senadores Tião Viana (PT-AC) e Heloísa Helena (PT-AL), quando da discussão da matéria em turno suplementar. Entre as emendas propostas, está a que preserva o *habeas corpus* e o mandado de segurança em qualquer processo administrativo ou judicial motivado por ato de improbidade.

O senador Jefferson Péres (PDT-



O projeto de Souto também prevê sanções contra o enriquecimento ilícito de agentes públicos

AM), relator das emendas e do substitutivo ao projeto original de Paulo Souto, também mostrou-se favorável ao aprofundamento da discussão da matéria e chegou a apresentar requerimento de convocação de magistrados, como forma de instruir o processo.

Deverão participar das discussões o jurista Miguel Reale Júnior, representantes da Associação dos

Magistrados Brasileiros e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além de um jurista a ser indicado pelo autor do projeto, senador Paulo Souto. A reunião deverá ser realizada em meados de setembro.

De acordo com o projeto, são crimes de responsabilidade dos magistrados, entre outros: proceder de modo incompatível com a dignidade do cargo; ser indolente no cumprimento dos deveres; proferir julgamento quando for suspeito na causa; receber participação em processo; dedicar-se a atividade político-partidária; exercer outro cargo, exceto o de professor; e receber favor, presente ou outra vantagem financeira.

O projeto é um dos cinco decorrentes das conclusões da CPI do Judiciário. Uma das inovações é a possibilidade de punição dos magistrados que fixarem indenizações flagrantemente desproporcionais ao preço de mercado do bem ou objeto da ação.

Álvaro Dias acredita que Senado aprovará proibição de venda de ações da Petrobras

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) acredita que o seu projeto de lei que proíbe a venda de ações da Petrobras será aprovado na sessão deliberativa do próximo dia 12 de setembro porque, segundo ele, o governo já conseguiu o que queria: vender 31,78% das ações ordinárias da empresa. “O grande obstáculo no Plenário à aprovação do projeto era a pressão do governo, que queria vender esse lote de ações, o que foi feito com enorme prejuízo para o país”, disse ele.

O projeto de Álvaro Dias foi apresentado para impedir a venda das ações que excedessem os 51% necessários ao controle acionário da empresa pelo governo. “Infelizmente, a venda se concretizou na Bolsa de Nova York, e apenas um dia depois da venda as ações da Petrobras se valorizaram 15%”, lamentou o senador.

Álvaro acrescentou que, no próximo mês de janeiro, as ações da Petrobras vendidas em Nova York a R\$ 43 já deverão estar valendo R\$ 65. Como estima-se um

lucro operacional de R\$ 10 bilhões em 2000, o governo terá um prejuízo de R\$ 1,8 bilhão até o fim do ano. Em 2003, quando há uma previsão de que a empresa produzirá 1 milhão e 800 mil barris/dia de petróleo, com lucro de R\$ 15 bilhões, o prejuízo poderá chegar, avalia ele, a R\$ 2,7 bilhões.

— Em cinco anos, o Brasil terá perdido mais do que arrecadou com a venda, porque 18% dos lucros da Petrobras no período terão sido repassados a quem comprou as ações da empresa. De qualquer forma, o projeto de lei permanece necessário, porque impedirá a perda do controle acionário, com a venda de mais ações. Atualmente, o governo tem apenas 51% das ações, o que é o limite mínimo para manter o controle e evitar a privatização — disse o senador paranaense.

Álvaro Dias também discordou da permissão para que trabalhadores usassem o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a compra de ações da Petrobras. Ele lembra que



Álvaro diz que a recente venda de ações da estatal representa “enorme prejuízo para o país”

apresentou projeto de lei que permite o uso do FGTS para custear cursos superiores em universidades particulares.

— Muitos trabalhadores estão inadimplentes com faculdades porque não conseguem pagar as mensalidades, e devido a isso as desistências nos cursos chegam a 40%. Acredito que seria um uso melhor para o dinheiro do FGTS — afirmou o parlamentar.

Suplicy contesta a visão de que violência não tem causas sociais

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou ontem o candidato a prefeito de São Paulo pelo PPB, Paulo Maluf, por ter afirmado que a causa da violência é uma decisão individual de desrespeitar a lei, e não resultado da pobreza e da miséria. Em artigo publicado recentemente pelo jornal *Folha de S. Paulo*, Maluf pregou o aumento da repressão ao crime no lugar de soluções estruturais e “complacentes” de longo prazo.

Para se contrapor às idéias de Maluf, Suplicy leu artigo publicado na *Folha* pela mulher do senador, Marta Suplicy, candidata a prefeita pela coligação Muda São Paulo (PT, PCB, PC do B e PHS). Para ela, a desigualdade social é a causa principal da violência. Além de defender uma melhor distribuição da renda, ela considera necessário garantir o acesso universal à escola e à assistência de saúde e implantar projetos socioambientais nas regiões de mananciais.

Em aparte ao discurso de Suplicy, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) qualificou como “indecente” a atitude de quem volta as costas aos problemas sociais e é complacente com os que roubam o dinheiro público.

Privatização das teles deve ser rediscutida, afirma Dutra

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) defendeu a rediscussão pelo Congresso Nacional de todo o processo de privatização dos serviços de telefonia no país. Ele argumentou que o recente aumento das tarifas telefônicas é uma prova de que, realizada nos moldes propostos pelo governo, a privatização do setor “prejudicou os consumidores”.

Segundo o parlamentar, não se sustentam os dois principais argumentos utilizados pelo governo federal para promover a privatização da telefonia: a melhoria na qualidade dos serviços e a diminuição das tarifas, como resultado direto da concorrência entre as empresas.

— Os dois principais pilares sobre

Eduardo Suplicy também atacou a proposta de Paulo Maluf para que seja concedida renda de R\$ 151 (um salário mínimo) a famílias pobres, a fim de que ma-



Suplicy discorda da idéia de que a violência seja mero produto de uma decisão individual

triclem seus filhos em escolas particulares. Segundo o senador, a idéia do candidato do PPB desvirtua o conceito de renda mínima, que, enfatiza Suplicy, não visa beneficiar estabelecimentos privados de ensino e nem prejudicar a escola pública.

A diminuição

drástica das desigualdades como solução para o problema da violência é o caminho apontado pelas próprias comunidades pobres, segundo o senador petista. Ele contou ter assistido no fim de semana, em São Paulo, a um *show* de grupos de *rap* formados por moradores da periferia, em que foram apresentadas várias canções tratando a violência como consequência das difíceis condições de vida nessas áreas. O senador considera um equívoco a proibição — determinada recentemente pela Justiça — de um *videoclip* mostrando cenas de violência ao som do *rap*. Para Eduardo Suplicy, os vídeos não incitam à violência, apenas revelam uma realidade.



Segundo Dutra, a privatização elevou as tarifas sem melhorar a qualidade dos serviços

os quais se assentava a privatização acabam de ruir, o que significa que o Congresso brasileiro e a sociedade precisam rediscutir esse processo de privatização — enfatizou.

Freire elogia aprovação da PEC que garante recursos para saúde



Para Roberto Freire, a saúde deve ser socializada

Ao comentar a aprovação pelo Senado de proposta de emenda à Constituição que vincula recursos orçamentários para a saúde, o senador Roberto Freire (PPS-PE) avaliou que a medida representa importante passo inicial para que os serviços do setor sejam socializados.

Na opinião do parlamentar, saúde e educação são áreas que não podem ser tratadas pela lógica do

mercado, devendo ser garantidas pelo Estado. Por esse motivo Freire também defende proposta, em tramitação no Senado, determinando que todo médico recém-formado faça estágio remunerado e obrigatório de um ano em município a ser determinado por conselhos municipais e estaduais ou pelo Ministério da Saúde, antes do exercício pleno da profissão.

— Não terá município brasileiro sem atendimento. É fundamental começarmos a discutir a socialização da medicina, da saúde pública, para que possamos, no futuro, deixar de lado a vinculação — defendeu.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

5h55 — Senado em Pauta
6h — Saúde/Unip — Paciente terminal
6h30 — Entrevista Especial — Min. Marco Aurélio
7h25 — Senado em Pauta
7h30 — Entrevista — Sen. Pedro Piva fala sobre crescimento econômico
7h55 — Senado em Pauta
8h — Jornal do Senado
8h25 — Senado em Pauta
8h30 — TV Escola — Educação Ambiental — Explosão demográfica
8h55 — Senado em Pauta
9h — Cores do Brasil — Pantanal
9h30 — Entrevista — Sen. Ricardo Santos fala sobre produção de café
10h — Subcomissão do Judiciário (vivo)
13h30 — Agenda Econômica — O desenvolvimento do Brasil
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
18h30 — Entrevista — Sen. Ricardo Santos fala sobre produção de café
19h30 — Agenda Econômica — O desenvolvimento do

Brasil

20h30 — Entrevista — Sen. Pedro Piva fala sobre crescimento econômico
21h — Jornal do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
10h — Subcomissão do Judiciário
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — A Voz do Brasil
Em seguida — Música e informação
20h30 — Senado em Linha Direta — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Mozarildo quer apoio a bancos públicos regionais

Para o senador, instituições como o Basa e o Banco do Nordeste são importantes para o desenvolvimento de áreas mais carentes do país

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu a importância das agências de desenvolvimento econômico regional, especialmente o Banco da Amazônia (Basa), na luta contra as desigualdades sociais. O parlamentar também apelou ao Congresso para que instituições como o Basa e o Banco do Nordeste “sejam mantidas, modernizadas e fortalecidas”.

Para o senador, a economia globalizada, a valorização excessiva do mercado e as políticas de desestatização compõem um cenário desfavorável às agências nacionais de desenvolvimento econômico. Nesse contexto, disse Mozarildo, o enfraquecimento dos organismos financeiros oficiais e das agências de desenvolvimento econômico não poupou o



Mozarildo Cavalcanti: instituições como o Basa têm muitas vezes atuação que “contraria os interesses dos bancos privados”

Banco da Amazônia, “cuja atuação muitas vezes contraria os interesses de bancos privados”.

Mozarildo Cavalcanti disse que o Brasil precisa resolver o problema da

desigualdade de renda e das desigualdades regionais, que enfraquecem a unidade territorial, estimulam o aumento da pobreza e impedem a consolidação da democracia.

O senador lamentou as críticas de boa parte da imprensa contra as instituições financeiras públicas. Apesar das acusações de ineficiência e de alguns defeitos evidentes, segundo o senador, os entes financeiros públicos são fundamentais. “O mercado não é capaz de resolver os graves problemas das regiões menos desenvolvidas e os problemas da má distribuição de renda, da pobreza, dos bolsões de miséria e da exclusão social”, afirmou Mozarildo.

— Não estamos aqui defendendo privilégios nem muito menos a irracionalidade econômica. Estamos defendendo o desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste — justificou.

Senado lança mais um número da Revista de Informação Legislativa

A Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado acaba de lançar mais um número da *Revista de Informação Legislativa*. São 336 páginas que reúnem artigos de personalidades e autoridades dos meios jurídico e legislativo, abordando temas que se encontram em evidência no Congresso Nacional e no país.

Em sua edição número 146, a revista publica 24 artigos, entre os quais o do advogado e ex-senador Josaphat Marinho intitulado “O projeto de novo Código Civil”. A publicação, que circula trimestralmente desde 1964, é distribuída para universidades, bibliotecas, parlamentares, outras autoridades, órgãos públicos e assinantes.

A revista traz ainda artigo de Roberto Amaral, denominado “Controle das eleições e informação — o papel dos meios de comunicação”, e “O avanço constitucional argentino e o Brasil”, de Jorge Fontoura. “O contrato internacional de *joint venture*”, de Carlos Maria Gambaro, e “Análise da Lei nº 9.962, de 22 de fevereiro de 2000: a contratação de servidores públicos pela CLT”, de Gilberto Guerzoni Filho, são alguns dos artigos apresentados na última edição.



A revista, que está na edição número 146, é publicada trimestralmente desde 1964

Outros artigos e respectivos autores são: “Imposto sobre grandes fortunas”, de Olavo Nery Corsatto; “A Lei de Responsabilidade na gestão fiscal”, de Angela Cristina Pelicoli; “OMC/ONU — A ordem internacional”, de Vera Lúcia Viegas; “Ação declaratória de constitucionalidade e semiótica jurídica: uma nova visão da supremacia constitucional”, de Sílvia Regina Pontes Lopes; e “Os operadores jurídicos e a negação dos direitos fundamentais no Brasil — uma perspectiva penal”, de Ricardo de Brito A. P. Freitas.

Constam ainda da revista os arti-

gos “O preceito da soberania nas constituições e na jurisprudência brasileiras”, de Raul José de Galaad Oliveira; “A clareza da lei e a necessidade de o juiz interpretá-la”, de Morton Luiz Faria de Medeiros; “Harmonização tributária no Mercosul: da utopia à realidade”, de Jamile Bergamaschine Mata; e “O parcelamento do imóvel rural via fração mínima de parcelamento frente à função social da propriedade”, de Élcio Cruz de Almeida e Chrystian Drummond Sardagna.

Podem ser lidos também os textos “Função social da propriedade e proteção ao meio ambiente: notas sobre os espaços protegidos nos imóveis rurais”, de Carlos Octaviano de M. Manguera; “Limitações constitucionais às comissões parlamentares de inquérito”, de Alexandre de Moraes; e “Seleção e aprimoramento de juízes e de promotores na Justiça: alguns aspectos fundamentais”, de autoria de Nicolau Eládio Bassalo Crispino.

O exemplar da revista é vendido a R\$ 10. Informações sobre como adquiri-la podem ser obtidas pelo telefone (61) 311-3575 ou pelo e-mail ssetec@senado.gov.br.

Maldaner propõe utilização do FGTS para pagar mensalidades escolares

Senador afirma que, se a lei já permite o uso do fundo na compra de ações da Petrobras, “com muito mais razão” deveria ser permitido seu emprego no financiamento da educação

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou projeto de lei para permitir a utilização de recursos do FGTS no pagamento de mensalidades escolares e do programa de crédito educativo, do titular da conta ou de seus dependentes. Para Maldaner, essa providência melhoraria a situação de milhares de alunos que não conseguem continuar seus estudos de 2º ou 3º grau por falta de recursos.

– Se a lei já permite a utilização de recursos do FGTS na compra de ações da Petrobras, por exemplo, com muito mais razão deveria ser permitido seu uso para cus-

tear os estudos do titular da conta ou de um filho. Mais seguro do que um investimento no mercado de capitais seria seu emprego para obter conhecimento. Isso pode mudar as perspectivas de uma vida – argumenta.

Maldaner lembra que a educação tem se revelado o instrumento mais valioso e eficiente para o desenvolvimen-



Casildo Maldaner salienta que a educação “pode mudar as perspectivas de uma vida”

to social e econômico dos países, permitindo que os indivíduos desenvolvam suas potencialidades, reduzindo as desigualdades sociais e fortalecendo a capacidade produtiva das empresas e das nações.

Embora reconhecendo os esforços do poder público para ampliar as vagas no ensino médio, o senador afirma que o contingen-

te atual não é suficiente para contemplar todos os estudantes potenciais, em especial o trabalhador de baixa renda. Ele alerta ainda para “um fator perverso”, que leva à ocupação das vagas mais disputadas do ensino superior justamente por estudantes oriundos de escolas de ensino médio particulares.

Maldaner salienta que somente em Santa Catarina há cerca de 60 mil estudantes matriculados em estabelecimentos particulares de ensino médio, enquanto outros 20 mil frequentam cursos de graduação em universidades e faculdades privadas.

Segurança da urna eletrônica deve ser verificada, alerta Jefferson

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) leu ontem em Plenário alerta feito pelo cidadão José Meireles sobre a possibilidade de fraude contra o sistema eletrônico de votação implantado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). De acordo com Meireles, que enviou mensagem ao senador pela



Jefferson diz que voto eletrônico é um avanço, mas hipótese de burla não pode ser afastada

de Meireles que “numa foto é possível camuflar muita coisa. A fraude seria feita para cada candidato desejado, no momento de carregá-la na frente dos fiscais. Da forma como foi construída a urna, essa fraude é indetectável”. Segundo o cidadão, o comando eletrônico fraudulento pode

ser inserido inclusive no código de segurança criado para proteger o sigilo dos dados.

A mensagem de Meireles foi encaminhada por Jefferson ao ministro Néri da Silveira, presidente do TSE. Conforme o senador, Silveira já solicitou à Secretaria de Informática do tribunal informações sobre os procedimentos de segurança do programa de computador que será usado nas eleições municipais de 3 de outubro. O ministro quer elementos que o auxiliem no parecer à petição encaminhada pelo PDT com o objetivo de impugnar aqueles programas. O partido argumenta que o TSE não deu acesso a todas as informações sobre o sistema. Jefferson pediu ainda que o Senado faça um estudo sobre o assunto.

Luiz Otávio reivindica mais recursos para projetos no Pará

Ao discursar em homenagem aos 177 anos da adesão do Pará à independência do Brasil, o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) reivindicou mais recursos para projetos de desenvolvimento no estado. Ele citou a construção das eclusas do rio Tocantins e o asfal-



Luiz Otávio defende construção de eclusas no rio Tocantins e asfaltamento de rodovia

tamento da rodovia Santarém-Cuiabá, para permitir a implantação do eixo de desenvolvimento Araguaia-Tocantins, incluído no plano Avanço Brasil.

Segundo Luiz Otávio, esse eixo permitirá o escoamento da safra de grãos do Centro-Oeste a um custo muito inferior ao dos atuais percursos, além de propiciar a exportação através dos portos de Santarém e Barcarena, diminuindo em 2.000 milhas a viagem para a Europa e os Estados Unidos, em comparação com o trajeto feito a partir de Santos.

Ao rememorar os fatos históricos que culminaram na adesão do estado do Pará ao Brasil independente, Luiz Otávio reivindicou a

manutenção da estrela solitária que o representa acima do dístico “Ordem e Progresso”, da bandeira nacional. “Há um projeto de lei em tramitação no Congresso estabelecendo que as estrelas representando os estados fiquem todas abaixo da faixa, mas não vamos

permitir que nos roubem nosso lugar de honra”, garantiu.

O senador lembrou que seu estado é o segundo maior do país em superfície, detendo 40% das águas interiores brasileiras, além de ser a mais importante província mineral do planeta.

Concluindo o pronunciamento, Luiz Otávio afirmou que o governo de Almir Gabriel está criando condições de infra-estrutura econômica e social para permitir que o Pará avance na verticalização da exploração mineral e na expansão da agricultura, com a produção de grãos no sul do estado, sem necessidade de desmatar a floresta, pois serão utilizadas terras anteriormente usadas pela pecuária.

Rodovias sem manutenção preocupam Ney Suassuna

O problema da falta de verbas para a manutenção da malha rodoviária federal, especialmente o trecho da BR-230 que atravessa a Paraíba, foi abordado ontem pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Ele lamentou também que o Brasil não tenha priorizado o transporte hidroviário e o ferroviário, optando pelas rodovias, mais caras e dependentes do petróleo importado, e condenou a falta de balanças para verificação do peso excessivo dos caminhões de carga, fator de grande deterioração das estradas brasileiras.

– Só hoje o Ministério dos Transportes está tentando incentivar as hidrovias. Não é possível existir um Ministério dos Transportes sem recursos para fazer o seu trabalho. Foram retirados R\$ 800 milhões do orçamento do ministério, que a



Ney Suassuna: Ministério a cada dia tem menos recursos

cada dia tem menos recursos. O ministro não pode fazer milagres. Como exigir verbas se ele não as tem? – indagou Suassuna.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) lembrou que não é preciso inventar nada novo para resolver a questão. “Basta imitar o que é feito no mundo todo. O transporte de cargas é feito através de ferrovias e de hidrovias”, sugeriu Lobão. O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) afirmou que o transporte hidroviário é ainda mais barato que o ferroviário. Ele disse ainda que as balanças para caminhões estão ultrapassadas e que o governo deveria investir em tecnologia mais moderna, como a utilizada pelo americanos. Segundo Luiz Otávio, os caminhões americanos carregam um sensor que limita automaticamente o peso a ser transportado.

Suassuna complementou a informação de Luiz Otávio e informou que o sensor impede a partida do motor do caminhão se o peso da carga ultrapassar o limite permitido ou se alguém tentar abrir a caixa onde o equipamento está instalado.